

PF abre inquérito e indíca missionário

Inquérito foi instaurado menos de 24 horas depois que a Justiça Federal concedeu liminar garantindo permanência no país até 1999

A Polícia Federal (PF) indiciou ontem o missionário holandês Winfridus Gerardus Johannes Overbeek. A PF vai investigar se o holandês violou o artigo 107 do capítulo sete da lei 6815/80, conhecida como Lei do Estrangeiro. A Polícia vê indícios de conduta irregular e interferência em assuntos internos do país em atividade política na atividade do missionário junto à reserva indígena de Aracruz. A punição para o crime é a detenção variando de um a três anos.

O inquérito foi instaurado menos de 24 horas após a Justiça Federal ter dado liminar garantindo ao engenheiro ambiental o direito de permanecer no país até o término de seu visto, em 1999. O superintendente Renato da Porciúncula também encaminhou para Brasília solicitação de inquérito de expulsão de Winfridus Overbeek. Com a expulsão, Winfridus se tornaria *persona non grata* em território nacional e seria impedido de retornar ao país.

A PF ouvirá o testemunho do missionário holandês e deverá entregar em até 30 dias o relatório do inquérito policial ao Ministério da Justiça. De acordo com informações do Departamento de Estrangeiros do Ministério da Justiça ao chefe de gabinete do governador, Valdir Toniato, o ministro ainda irá avaliar o inquérito antes de tomar qualquer atitude.

De acordo com o artigo 66 da Lei do Estrangeiro, a expulsão do missionário só poderá se dar por decreto presidencial. O advogado Gilberto Alvares dos Santos, que representa o missionário holandês no caso, considerou que a PF "não se convenceu da decisão da juíza Maria Cláudia de Garcia Paula".

Winfridus Overbeek deve retornar à Aracruz hoje ainda ou no fim de semana. Segundo Gilberto informou, ele deverá retomar seus trabalhos na sede do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), em Aracruz, e aguardar

que a Polícia Federal encerre o bloqueio à reserva dos índios tupiniquins e guaranis.

PEDIDOS – Até o anúncio da liminar que garantiu salvo-conduto ao missionário, vários interlocutores procuraram o Governo federal. Os pedidos vinham do governador do Estado à embaixada da Holanda em Brasília, incluindo membros da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Na terça-feira, quatro bispos se reuniram com o vice-presidente Marco Maciel para pedir a permanência do holandês.

Ao fim da reunião, o bispo dom Jaime Chemello, criticou o Governo. "Enquanto acusam o missionário de ingerência, grupos econômicos estrangeiros invadem o país e ditam normas para a economia", declarou. O bispo de Colatina, dom Geraldo Lyrio, ao retornar ao Estado definiu o cerco da PF à reserva e a proibição, imposta pela Funai, à entrada de missionários como desumana. "O cerco não só atinge o direito constitucional de ir e vir, como tira o direito de prestar solidariedade". Dom Geraldo prometeu que a Igreja continuará atenta a situação dos índios em Aracruz e a ameaça de expulsão do missionário.

Ontem, o presidente da CNBB, dom Lucas Moreira Neves, esteve com o presidente Fernando Henrique Cardoso, tentando evitar que Winfridus Overbeek seja obrigado a deixar o país. Dom Lucas pediu também ao presidente a revogação da portaria da Funai, publicada na segunda-feira, que proíbe a entrada de qualquer pessoa na reserva indígena. O presidente da CNBB esteve ainda com o secretário Nacional de Direitos Humanos, José Gregori, e com o vice-presidente, Marco Maciel.

A OCUPAÇÃO de terras pelos povos indígenas é tema da seção Polêmica do Gazeta On Line (www.agazeta.com.br).



Helio Sant'Ana

APOIO

Muitos interlocutores procuraram autoridades para pedir a permanência no país do missionário holandês

Aracruz altera proposta a índios mas não consegue fechar acordo

A reunião entre nove caciques de tribos guaranis e tupiniquins e membros da diretoria da Aracruz Celulose, com a participação de representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai), Ministério da Justiça e Ministério Público (MP) não resolveu o impasse gerado por disputa de terras. Os executivos deverão definir a questão em outra reunião, na próxima terça-feira, em Brasília.

A reunião começou às 15 horas e só terminou por volta das 21 horas. A Aracruz Celulose propôs que os índios aceitassem a ampliação da reserva em 2.571 hectares, ao invés dos 13.579 pretendidos, e ofereceu um projeto de assistência técnica de US\$ 6 milhões, em 20 anos, e projetos de fomento em toda a reserva, em troca da solução definitiva do caso.

A proposta da Aracruz não foi aceita pelos indígenas, que apresentaram uma contraproposta, aceitando a decisão do Governo e exigindo US\$ 10 milhões no programa de assistência técnica, programa de fomento e isenção das taxas de água e luz. O cacique José Sizenando não quis arriscar um prognóstico sobre o fim das negociações. "O pessoal da Aracruz saiu daqui muito baixo astral", justificou.

O gerente de Meio Ambiente da Aracruz Celulose, Carlos Alberto Roxo, afirmou que a diretoria discutirá a proposta dos índios, mas lembrou que o interesse da empresa era de resolver a questão em definitivo. "Na proposta deles, eles pedem a possibilidade de reabrir o caso daqui a 20 anos", informou.

IMPASSE – A rodada de negociações iniciada esta semana em Brasília tenta resolver o impasse entre os indígenas e a empresa, surgido no começo do mês. No dia 6, o ministro da Justiça, Íris Resende, autorizou a ampliação da reserva em 2.571 hectares, contra os 13.579 solicitados. Os índios e as entidades de apoio alegam que a rejeição do pedido de ampliação contraria estudos topográficos feitos por grupos de estudos da Funai.

No dia 12, os índios invadiram terrenos utilizados pela Aracruz na plantação de eucaliptos e reivindicaram posse de 13.579 hectares. Os mais de 1.500 índios tupiniquins e guaranis ocupam, desde 1991, 1.529 hectares na aldeia de Irajá e 426 hectares na aldeia de Pau Brasil.